

PM do DF nega socorro a vigilante no 190: “Resolve o seu problema aí”.

Na ligação, o homem solicita o auxílio de uma viatura, após ter recebido ameaças em seu local de trabalho. Porém, teve o pedido ignorado



A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) afastou um integrante da corporação acusado de negligência. Responsável pelo atendimento no Centro de Operações da PMDF (Copom) – 190 –, o policial teria negado socorro a um morador de Ceilândia que recorreu ao serviço. O homem é vigilante e acionou a corporação dizendo ter sido ameaçado após uma discussão e que os suspeitos estariam rondando o seu ambiente de trabalho.

O Metrôpoles teve acesso ao áudio da ligação feita por Wesley Silva do Nascimento. Assustado, o funcionário da Sustentare, unidade do P Sul, em Ceilândia, ligou para a central de atendimento da PMDF em busca de socorro. Ao policial, pediu que uma viatura fosse enviada ao local para “dar uma orientação”.

“Cheio de criminalidade e vou ter que deslocar uma viatura por causa de vocês?”, disse o policial, dando início a uma discussão.

Ouçá através do **link: https://www.youtube.com/watch?v=Vbyvixx1hQk&feature=emb_logo**

Incrédulo com a resposta recebida, Wesley questiona a postura do policial, exaltado. “Você vai fazer o seu serviço ou ficar ponderando?”, indaga, e recebe mais uma resposta atravessada do PM.

“Eu vou ponderar do jeito que eu quiser. Você fala baixo”, diz o militar.

A discussão continua até o momento em que o PM, em tom de ameaça diz: “Duvido você falar assim na minha frente”. E completa: “Resolve o seu problema aí”.

A ligação termina sem que o agente na linha da central telefônica revele a identidade, como solicitado pelo vigilante.

Procurada, a Polícia Militar do DF disse que identificou o atendente, que já foi afastado de suas funções no Centro de Operações da PMDF (Copom), e instaurou procedimento interno para apurar a postura do militar.

Ainda de acordo com a corporação, o vigilante foi procurado e recebeu um pedido formal de desculpas, pois “esse não é o procedimento padrão da Polícia Militar do Distrito Federal”. Por fim, ressaltou, mediante sua assessoria, que “serão tomadas todas as medidas contra o atendente que disse isso ao cidadão”.

Fonte: Metropoles

Bradesco nega cancelamento e fim das demissões

Em reunião nesta quinta-feira (8), direção do banco negou todas as reivindicações do movimento sindical



- Bradesco nega cancelamento das 427 demissões
- Banco também disse que irá fazer mais demissões este ano
- Ação desrespeita o compromisso firmado com o movimento sindical, em abril deste ano, de não desligar bancários durante a pandemia de Covid-19
- Bancários realizam tuitaço na próxima terça-feira (13)

“Pros desafios do presente, experimente o futuro com o Bradesco.” O mote da nova campanha do banco, lançada na semana passada, dá um recado muito triste a seus funcionários. “Daqui para frente podemos esperar demissões, desemprego e falta de compromisso com o que foi acordado. É isso que o Bradesco vai impor aos trabalhadores se continuar com a postura apresentada na reunião de hoje”, afirmou Magaly Fagundes, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco.

Elas referia ao encontro por vídeo conferência, realizado com a COE nesta quinta-feira (8), no

qual a direção do banco negou o cancelamento das 427 demissões realizadas até o momento e a suspensão de qualquer desligamento até 31 de dezembro.

“Foi uma reunião rápida, com negativa para todas as nossas reivindicações. Estamos abertos a novas negociações nas quais podemos achar caminhos diferentes das demissões. Não podemos permitir tamanho desrespeito do banco com os funcionários que fizeram tanto por ele durante essa pandemia”, declarou Magaly.

Quando cobrado sobre o compromisso assumido no início da pandemia do coronavírus (Covid-19), o banco disse que as condições iam até maio e que os “ajustes” são por conta da reestruturação. O movimento sindical discorda e garante que era até o final da pandemia, que ainda não acabou.

Por isso, na próxima terça-feira (13), os funcionários do banco devem se juntar ao movimento sindical no tuitaço contra as demissões, a partir das 11h, com as hashtags #BradescoNãoDemita #BradescoPenseNoFuturo.

“Eles fazem campanha falando que estão se preparando para o futuro, mas se esquecem de pensar no futuro das famílias que estão desabrigoando neste momento”, finalizou a coordenadora da COE Bradesco.

FONTE: CONTRAF CUT

Entenda como a privatização da Embrapa pode fazer preços de alimentos subirem



Sindicalistas fazem mobilização em frente ao Ministério da Agricultura pela recomposição do orçamento da Embrapa

Com quase 50 anos de história, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vem sendo atacada desde o golpe de 2016, que destituiu a presidenta reeleita Dilma Rousseff (PT) e esses ataques estão sendo cada vez mais intensos no governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL), com o objetivo de sucatear as empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento do país e colocar à disposição de corporações privadas.

Somente neste ano a Embrapa já sofreu um corte de mais de R\$ 519 milhões de seu orçamento, e no início de setembro teve novo corte de mais de R\$ 118 milhões. Para o ano que vem, o sindicato afirma que a redução proposta pelo governo federal é ainda mais severa.

Estes recorrentes cortes orçamentários vêm colocando em risco projetos, processos e atividades desenvolvidas pela empresa. A

precariedade de recursos já atinge instalações e equipamentos e a dificuldade para manter de forma adequada campos experimentais, rebanhos e recursos genéticos, entre outros, já é uma realidade.

E se nada for feito, segundo o Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF), as atividades de pesquisa serão paralisadas, os preços dos alimentos poderão ficar mais caros e ainda a segurança e a soberania alimentar estarão comprometidas.

Por isso que a partir desta quinta-feira (8), o SINPAF inicia uma série de conferências regionais, como parte da Campanha Nacional para defender a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Pública, Democrática e Inclusiva. O objetivo é dialogar com a população sobre a importância da estatal para a sociedade

brasileira e recuperar os recursos destinados à ciência e tecnologia. Veja agenda abaixo.

“A Embrapa tem papel fundamental no desenvolvimento e na soberania alimentar do nosso país. A ideia das conferências é mobilizar a sociedade e conscientizar a população sobre a importância de defender a ciência e tecnologia para um Brasil menos desigual, democrático e inclusivo. Defender a Embrapa pública é defender o Brasil e os brasileiros”, afirmou o pesquisador da Embrapa, engenheiro agrônomo com pós-doutorado em Agroecologia e Diretor de Ciência e Tecnologia do SINPAF, Mário Artemio Urchei.

Para o agrônomo é preciso restabelecer emergencialmente os cortes do orçamento em 2020 e trabalhar para um orçamento compatível para o próximo ano, visando o fortalecimento da Embrapa pública.

“É neste sentido, que a campanha do SINPAF trabalha para envolver toda a sociedade nessa mobilização, porque defender uma alimentação segura, de qualidade e em quantidade é uma luta de todos nós”, destaca Mário Urchei.

Defender a Embrapa também é defender o meio ambiente

A agricultura brasileira é importante para o país e para o mundo, porque o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Porém, o meio ambiente está vivendo grandes mudanças climáticas que afetam o setor e a Embrapa contribui fortemente para enfrentar os desafios colocados, com ciência e tecnologia.

A pesquisadora na Embrapa, na área de sociologia rural, e que está aprofundando estudos sobre agricultura familiar e sustentabilidade, Lucimar Santiago de Abreu, disse que a empresa tem um papel fundamental para continuar produzindo alimentos.

Segundo ela, mais de 70% dos alimentos que chegam na mesa dos brasileiros são produzidos pelos agricultores familiares e as mudanças climáticas podem afetar fortemente estes

produtores. Para a pesquisadora, a Embrapa é uma das empresas que podem dar esta sustentação técnica e ecológica para o país no âmbito da segurança alimentar para o país e o mundo.

“Nós também trabalhamos para alcançar os 17 objetivos da agenda de 2030 de desenvolvimento sustentável para o combate à fome, desigualdade social e ainda tecnificar o sistema de produção dos agricultores mais vulneráveis para que tenham mais produtividade e comercialização”

“Com estes cortes parece que o governo Bolsonaro não se deu conta da importância da inovação social e tecnológica para o país e os brasileiros. Quem vai responder à tudo isso, a iniciativa privada? Será ????”; questiona a pesquisadora.

Agenda em defesa da Embrapa pública

O SINPAF tem um site exclusivo sobre a campanha, que a população poderá obter informações sobre a luta, as conferências, petição e como divulgar a ação em defesa da Embrapa.

Diversas entidades já assinaram a moção de apoio à Embrapa pública e o sindicato também publicou uma carta aberta para explicar a luta da entidade por um país mais justo, democrático e soberano.

A primeira conferência virtual será destinada à região Norte e a população poderá acompanhar pela página do Facebook do sindicato, a partir das 10 horas da manhã. A programação completa já está no site do SINPAF.

Os próximos debates serão nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul ,além de onferência virtual nacional, prevista para ser realizada em novembro. A agenda completa dos debates regionais já está sendo divulgada pelo Sindicato.

Fonte: Erica Aragão com edição de Rosely Rocha – CUT Brasil

Gravidade de acidentes e doenças do trabalho aumenta após redução na fiscalização

A ordem de Bolsonaro em orientar e não multar, a diminuição no número de fiscais do trabalho e a reforma Trabalhista resultaram no aumento da gravidade dos acidentes de trabalho revela levantamento da Fetquim

Escrito por: Rosely Rocha



Trabalhadores e trabalhadoras estão adoecendo e se acidentando com maior gravidade. Embora não tenha aumentado o número de acidentes no país, cuja média anual é de 750 mil, o tempo do afastamento do trabalho por doença e acidentes aumentou.

Os motivos para o aumento da incidência de risco para os trabalhadores decorrem de diversos fatores: a diminuição do número de fiscais de trabalho que até 2005 eram em torno de 3.500 e hoje não passam de 2.000 por falta de concursos públicos (o último foi feito no governo Dilma); a decisão de Jair Bolsonaro (ex-PSL) em determinar que os fiscais têm de primeiro orientar para depois multar, o desmantelamento das Comissões Internas de

Prevenção de Acidentes (CIPAs) e a mudança na metodologia de cobrar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Para chegar a esta conclusão, o pesquisador da UNB e assessor de Saúde e Previdência da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim-CUT), Remígio Todeschini, analisou os dados do FAP que incidem sobre a cobrança do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) pago pelas empresas à União de acordo com o número de acidentes, doenças e períodos de afastamentos de seus trabalhadores.

O valor a ser pago pode variar para cima ou para baixo dependendo dos índices de gravidade do setor que elas atuam, divididos

com pontuação 1 (risco leve); 2 (risco médio) e 3 (risco grave).

Ocorre, segundo o pesquisador, que das 1.332 classes econômicas que as empresas são divididas no Brasil, 324 (que representam 154 mil empresas), terão cobrança do Fator Acidentário de Prevenção até em dobro em relação ao risco, de acordo com a portaria do Ministério da Economia, divulgada em 30 de setembro deste ano.

Isto significa que nesses setores aumentou o tempo que os trabalhadores ficaram afastados caracterizando que as doenças e os acidentes que estão ocorrendo são mais graves.

“Na medida em que se reduz o quadro de trabalhadores há sobrecarga de trabalho para aqueles que ficam e, por medo de perder o emprego, eles aguentam o assédio moral, com consequências na saúde. A crise econômica também é um incentivador da gravidade dos acidentes”, afirma Todeschini.

Outro ponto criticado pelo pesquisador é a mudança no cálculo do FAP. Em 2003, no governo Lula, os trabalhadores conseguiram que a cobrança seria individualizada, por empresa. Só que na reforma Trabalhista de Michel Temer, foi retirado o cálculo de toda a acidentalidade sem afastamento das CATs, dos acidentes de trajeto e foi diluída a cobrança nas grandes empresas, que podem pagar por filial.

“Isto beneficiou escandalosamente os grandes bancos, onde a cobrança do FAP foi diminuída entre as 50 mil filiais bancárias com bonificação. Ou seja um FAP menor”, explica o pesquisador da UnB.

Para André Alves, Secretário de Saúde da Fetquim, e diretor do Sindicato dos Unificados de Campinas: “ A gravidade dos acidentes persistem por causa da política neoliberal do

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

governo Bolsonaro que quer a todo o custo descaracterizar ainda mais o reconhecimento dos Acidentes do Trabalho, das CATs com sua política de quebra de direitos trabalhistas. Por exemplo, ao não reconhecer a acidentalidade que é maior do que os registros atuais das empresas, as contribuições das empresas ficam menores, e os trabalhadores são prejudicados no reconhecimento de seus benefícios acidentários”, afirma o dirigente.

Atividades com maior período de afastamento por doenças e acidentes

Entre as atividades em que ocorrem afastamentos por acidentes e doenças por período mais longo estão, entre outras, a agricultura e a pecuária. Os números são elevados nos cultivos de milho e maçã, na criação de bovinos e suínos, na extração de madeiras de florestas nativas e plantadas entre outros.

Na indústria em geral são 190 subsetores entre os quais: frigoríficos e matadouros de carnes em geral, fabricação de açúcar, fabricação de madeiras em geral, indústria da borracha, plástico, álcool, vidro, cimento, indústria metalúrgica pesada, fabricação de máquinas em geral , tratores, automóveis, caminhões e ônibus entre outras.

A construção continua com elevada acidentalidade, tendo 32 subclasses, que vão da construção de edifícios, rodovias, obras de artes especiais, urbanização, barragens e redes de energia.

Comércio, Transporte e Serviços em geral apresentam mais de 64 subsetores com elevada gravidade: coleta de resíduos, manutenção em geral, transporte de valores e até os bancos múltiplos.

FONTE: CUT

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF